

RESENHAS

“Comunicação ou extensão?”¹ do prof. Paulo Freire

Prof. Xavier Uydenbroek²

“Se aquele que faz extensão não for capaz de crer no povo, nos trabalhadores, nos camponeses, de comungar com eles, será no seu trabalho, no melhor dos casos, um técnico frio. Provavelmente, um tecnicista; ou mesmo um bom reformista. Nunca, porém, um educador das e para as transformações radicais”. (P Freire: Ext/Com: 42)

Esta pequena mas significativa obra de Paulo Freire analisa o problema da comunicação entre técnicos agrícolas e camponeses envolvidos no processo de implantação da reforma agrária no Chile em 1965-67. Portanto, a preocupação principal do educador brasileiro refere-se ao papel do agrônomo como educador. O livro trata de uma investigação semântica sobre as duas palavras do seu título as quais oferecem diferentes opções pedagógicas. Extensão é descrita como uma forma de estender aos

camponeses, como recipientes passivos, o conhecimento e os métodos necessários a um programa de reforma agrária. Ao contrário de comunicação, projetos de extensão falham exatamente porque tratam as pessoas como meros objetos e por se recusarem a revelar-lhes o verdadeiro significado das relações homem-mundo.

Quando em 1960, Paulo Freire criou o Serviço de Extensão Cultural (SEC) da Universidade do Recife, que seria nossa futura UFPE, ele se deparou com o

¹ Livro do educador Paulo Freire, publicado em 1969 sob o título *Extensión ou Comunicación?* pelo Instituto de Capacitación e Investigación em Reforma Agrária, em Santiago de Chile.

² Professor belgo-brasileiro da UFPE e educador popular, no Brasil há 40 anos. Endereço eletrônico: uydenbroek@superig.com.br

termo extensão “numa relação significativa com *transmissão, entrega, doação, messianismo, mecanicismo, invasão cultural, manipulação, etc.*

“Todos estes termos, diz Freire, envolviam ações que, transformando o homem e a mulher em quase “coisa”, o negavam como um ser de transformação do mundo. Além de negar a formação e a constituição do conhecimento autêntico. Além de negar a ação e a reflexão verdadeiras àqueles que são objetos de tais ações”. (idem: 13)

A extensão nesse sentido tinha um caráter de invasão cultural: “o invasor (o extensionista) atua, os invadidos (a população atendida) têm a ilusão de que atuam na atuação do primeiro; este diz a palavra; os segundos, proibidos de dizer a sua, escutam a palavra do primeiro.” (idem:27) Não há diálogo nesse modo de ser porque a invasão, a conquista ou a manipulação excluem o reconhecimento do outro como sujeito humano.

Será que as coisas amadureceram mais de 1960 para cá?

Hoje mais do que nunca, a lógica da produtividade ou da competitividade domina as relações sociais.

Os doutores da Academia daquela época já perguntavam para P Freire: “Como numa ação de extensão, ‘perder um tempo tão grande’, procurando adequar nossa ação às condições culturais dos campo-

neses? Como dialogar com os camponeses sobre uma técnica que não conhecem? Como dialogar sobre assuntos técnicos? (idem: 29)

Impõe-se atender à lógica do mercado e não perder tempo em escuta e atenção aos atores sociais.

Resultado: “as instituições faziam pacotes, transpondo ideologias passando por cima da inteligência dos atores sociais, diz P Freire.”

É um mundo hierarquizado onde um manda e o outro obedece. Cada um cumpre a sua função e a gestão do responsável responde pelo todo. A engenharia social nos orienta para que sejamos bons repassadores do que nos foi ensinado pelos docentes especialistas que pensam por nós. Pouco importa se há ou não problemas éticos. Os Programas estão montados, os procedimentos bem definidos e o papel de cada um e cada uma é encaminhar. E o diabo... faz a festa.

Isto é a pedagogia do opressor para a qual fomos adestrados.

Denuncia P Freire: “tempo perdido, sim, do ponto de vista humano, é o tempo em que os homens e as mulheres são ‘reificados’. Tempo perdido é o tempo que se usa em bla-bla-blá, ou em verbalismo, ou em palavreado, como também é perdido o tempo do puro ativismo, pois que ambos não são tempos da verdadeira práxis³.” (idem: 33)

Os cursos de formação na academia e as políticas públicas de Estado pouco têm priorizado a discussão dos difíceis caminhos da ação pedagógica voltada para a apuração do sentir, pensar e agir dos atores envolvidos nos problemas essenciais da cidade de forma a se construir coletivamente as novas soluções necessárias.

“A educação que não tente fazer esforço, e que, pelo contrário, insista na transmissão de comunicados⁴, na extensão de conteúdos técnicos, não pode esconder sua face desumanista..... Precisa-

³ Práxis na qual a ação e a reflexão, solidárias, se iluminam constante e mutuamente. Na qual a prática, implicando na teoria da qual não se separa, implica também uma postura de quem busca o saber, e não de quem passivamente o recebe. (Ext/ Com: 80)

⁴ “Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para sua própria produção ou a sua construção.” (Pedagogia da Autonomia: 21)

mos, de um ponto vista mais crítico e de uma visão mais histórica da América Latina como para o Terceiro Mundo em geral, que não somente a capacitação técnica, mas qualquer outra dimensão educativa popular tem que estar associada a este esforço através do qual os homens simples se decifram a si mesmo como homens, como pessoas proibidas de ser.” (idem: 64)

“O conhecimento exige uma presença curiosa do sujeito em face do mundo. Requer sua ação transformadora sobre a realidade....Conhecer é tarefa de sujeitos, não de objetos. E, é como sujeito e somente enquanto sujeito, que o homem e a mulher podem realmente conhecer.” (idem: 16)

Educadores e educandos, doutores e povo só produzem um conhecimento válido quando a curiosidade de ambas as partes é estimulada para a construção do bem comum.

Desse modo, nos espaços de extensão, podemos aprender a ressignificar a dimensão do conhecimento. Ele será considerado tanto mais autêntico e válido quanto mais servirá a vida na sua integralidade, e sobretudo a vida do ser humano mais ameaçada.

Portanto só existem para o produtor de conhecimento duas opções:

- Ou vingam as ciências a serviço da exclusão dos outros que não nós, submetendo o saber e o trabalho humano a fontes de poder e de interesses situadas fora dos direitos essenciais da pessoa. As intenções e os usos do conhecimento serão transformados em interesse de posse ou em poder social.

- Ou vamos servir aos seres humanos e aí a pesquisa-extensão deverá se reconhecer mais em sua fragilidade e em sua provisoriade, sempre aberta ao diálogo. Caberá aos experts institucionais, aos pesquisadores populares recusar certezas irremovíveis e estabelecer diálogos de fertilidade e complexidade crescentes entre todos e as diferentes formas e alternativas de compreensão do que existe: saberes diferentes mas fundamentais.

Processa-se então uma articulação da EXTENSÃO como estratégia de construção de um compromisso institucional de cooperação e de sustentação do processo de mudança.

“Ninguém educa ninguém. Ninguém se educa sozinho. Todos educadores e educandos

nos educamos juntos em comunidade mediatizados pelo mundo no qual estamos inseridos.” (Pedagogia do Oprimido: 39)

São os projetos de extensão onde cada um e cada uma se sente gente, se surpreende companheiro do outro porque está na mesma carência ou sofrendo conjuntamente a mesma situação cruel e desumana.

Nessas rodas de reflexão em projetos de extensão, o sujeito participante junto com os outros e outras resgata a dignidade que lhe foi roubada. Portanto ali nesses espaços cada pessoa vai refletir criticamente e se constituir sujeito. Ele e ela vão aprender a tomar posição diante das instituições existentes. Ali, se plasmam novas subjetividades. É o ponto de partida para a construção de novos saberes e novas práticas, tanto no campo dos serviços públicos, como da comunidade acadêmica e dos próprios movimentos sociais.

Ai se pode desabafar, brigar consigo mesmo, gritar sua indignação, ensaiar uma releitura original do mundo, ressignificar a sociedade a partir do seu pensamento, enfim eu diria, trilhar caminhos de aprendizagem para poder se empoderar da sua própria dignidade quase sempre silenciada.

“Assim aprendemos a pensar o tempo, a pensar a técnica, a pensar o conhecimento enquanto se conhece, de pensar o que das coi-

sas, o para que, o como, o em favor de que, de quem..” (Pedagogia da Indignação: 46)

A Extensão popular é um compromisso político, um compromisso com as classes populares, com a luta por condições de vida melhores para todos, pela cidadania e pelo controle social e um modo de participação dos professores, profissionais técnico administrativos, estudantes e atores da sociedade civil neste trabalho político. Ela busca trabalhar pedagogicamente o homem e os grupos envolvidos no processo de participação popular, fomentando formas coletivas de aprendizado e investigação de modo a promover o crescimento da capacidade de análise crítica sobre a realidade e o aperfeiçoamento das estratégias de luta e enfrentamento.

“Este compromisso com a humanização do homem, que implica uma responsabilidade histórica, não pode realizar-se através de palavrório, nem de nenhuma outra forma de fuga do mundo, da realidade concreta, onde se encontram os homens concretos. O compromisso, próprio da existência humana, só existe no engajamento com a realidade, de cujas ‘águas’ os homens verdadeiramente comprometidos ficam ‘molhados’, ensopados. Somente assim o compromisso é verdadeiro”.

(Educação e Mudança: 9).

“Esta é a razão pela qual, para nós, já dizia P Freire ...em 1969, a ‘educação como prática da liberdade’ não é a transferência ou a transmissão do saber nem da cultura; não é a extensão de conhecimentos técnicos; não é o ato de depositar informes ou fatos nos educandos; não é a ‘perpetuação dos valores de uma cultura dada’; não é o ‘esforço de adaptação do educando a seu meio’. ...mas é sobretudo e antes de tudo, uma situação verdadeiramente gnosiológica. Aquela em que o ato cognoscente não termina no objeto cognoscível, visto que se comunica a outros sujeitos, igualmente cognoscentes ”. (Com/Extensão:53).

Acreditamos que optar por esse tipo de extensão, denominada extensão popular, significa admitir a necessidade de se constituir uma nova prática social de Universidade, que priorize trabalhar a partir das demandas, interesses e saberes das classes populares.

“Na contramão da maioria das práticas de extensão universitária, a extensão popular propõe caminhar por um jeito diferente de conduzir o processo formativo, onde a percepção crítica, o protagonismo estudantil e a horizontalização das relações são eixos articuladores. Nesse sentido, a extensão pode passar a ser um

espaço privilegiado de articulação entre o ensino e a pesquisa, com a intencionalidade de contribuir para a promoção da vida humana”.(CBEU Dourados MS, 2009)

BIBLIOGRAFIA:

- CBNEU 4to Congresso Brasileiro de Extensão ANEPOP Articulação Nacional de Extensão Popular, Dourados MS, abril de 2009.
- FREIRE, Paulo Educação e Mudança 12ª edição Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.
- FREIRE, Paulo Extensão ou Comunicação? 8ª edição Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983.
- FREIRE, Paulo Pedagogia do Oprimido 17ª edição Rio de Janeiro, Paz e Terra 1987.
- FREIRE, Paulo Pedagogia da Indignação São Paulo, Editora Unesp, 2000